

O PROLETÁRIO

Nº
43

Uma Publicação mensal de Proletários Marxistas
Não aceitamos que a burguesia nos financie. Por isso se faz necessário a cobrança de R\$ 1,00
(um real) para o custeio da publicação do jornal

NESTA EDIÇÃO:

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Pré-Conferência Internacional dos Trotskistas Principistas e Organizações Operárias Revolucionárias, realizada em 10 e 11 de julho de 2004 | 02/16 |
| Balanço da Pré-Conferência e Polêmicas POM sobre a situação pré-revolucionária | 16/19 |
| Pronunciamentos FTI-CI E POM | 19/20 |
| Trincheira Marxista subscreve o texto anterior com as seguintes ressalvas e adendos | 21 |
| Voto nulo PROGRAMÁTICO | 21/22 |
| Desemprego | 22 |
| A APEOESP fim de nossa campanha salarial | 23/24 |
| Adquiram a Resolução Política do 6.º Congresso do POM Vejam: Como os Estados capitalistas, diante da prolongada crise de superprodução, caminham para a barbárie, assumindo o pré-fascismo. Vejam como o PT se transforma de social reformismo para social imperialismo. | |

**Escreva para o Jornal *O Proletário*
Caixa Postal n.º 140 CEP 09910-970, Diadema, São Paulo**

Venham para os cursinhos de Marxismo.
Informem-se!

Só com consciência de classe (construção de um Partido Revolucionário), com a tomada das fábricas e terras das mãos da burguesia, passando-as para as mãos dos trabalhadores, teremos os problemas do campo, moradia, emprego, salário e condições de vida resolvidos.

Pré-Conferência Internacional dos Trotskistas Principistas e Organizações Operárias Revolucionárias, realizada em 10 e 11 de julho de 2004

Pag 02

A Pré-Conferência teve sua abertura no dia 09/07/04, com palestra e debate sobre o Internacionalismo Proletário. *Contou com a participação do POR-Argentino (que fez a apresentação da revista **Internacionalismo Proletário**) e da FTI-CI (Fração Trotskista Internacionalista-Quarta Internacional)*, bem como com a participação dos diversos agrupamentos brasileiros.

A palestra e os debates se deram em torno da organização internacional do proletariado revolucionário, da necessidade da classe operária liderar os explorados do mundo contra a barbárie capitalista e a luta contra as direções burocráticas e traidoras.

Foi aprovada moção em memória dos lutadores trotskistas que tombaram diante da ditadura militar no Brasil, bem como a todos os lutadores proletários internacionalistas que deram suas vidas em prol da Luta pelo Socialismo.

No dia 10 iniciaram-se os trabalhos da Pré-Conferência tendo como base a convocatória, os 21 pontos programáticos, bem como todas as polêmicas em torno destes, polêmicas estas que se deram no período da preparação através de discussão por escritos com contribuições de textos das Organizações como: POR Argentino, que polemizou sobre a nomenclatura da Organização que se pretende construir (IV, V ou Algébrica), a respeito da caracterização e da correlação de forças entre as classes e sua relação com as tarefas para avançar na superação da crise de direção revolucionária, a política militar do proletariado, Revolução Permanente versus Teses do Oriente, Estados degenerados, a importância do Centralismo Democrático e o caráter da Conferência a ser convocada. O CCR (Coletivo Comunista Revolucionário) polemizou com relação ao ponto 03 que trata de se colocar na trincheira militar de toda nação oprimida atacada pelo imperialismo; sobre o ponto 05 e a discordância da consigna de Frente Única Antiimperialista; ponto 09, a respeito dos Estados operários degenerados; ponto 10, sobre se é de Frente Popular o governo de Lula/PT no Brasil; ponto 18, fragmentação e o sectarismo. POM, sobre o caráter da Conferência; ponto 05, a respeito das Teses do Oriente e a Frente Única Antiimperialista; ponto 18, na questão do centrismo, traidores e o sectarismo; ponto 21, sobre a construção do Partido Revolucionário, caracte-

terização de situação pré-revolucionária e situação revolucionária, política militar para o Iraque; Conferência Internacional de 01 e 02 de maio de 2004 em que se constituiu a FTI-CI e suas teses; respostas de FTI-CI ao POR Argentino e ao POM; Documentos de Trincheira Marxista em que: Publicou material, que por se tratar de material de prestação de contas com o POR Boliviano, a sua seção brasileira, à qual os militantes iniciais do POM romperam, publicaremos na íntegra nesta edição os pontos de acordo e desacordos, bem como as posições sobre o Lorismo.

Publicaremos também nosso balanço da Pré-Conferência, acordos assinados com a FTI-CI bem como nossa resposta ao documento da FTI-CI direcionado ao POM e a ATA da Pré-Conferência que segue abaixo transcrita.

Ata da Pré-Conferência realizada em Brasil em 10 e 11 de julho de 2004.

1) Apresentação dos grupos assistentes:

POM, CCR, FT (TQI), Oposição Operária, Trincheira Marxista, Revolucionários em luta do Brasil.

POR (TQI), de Argentina.

Liga Trotskista Internacionalista, de Peru; LOI-QI, de Argentina; COPOI (GOI-NOT), de Chile; FTI-QI em URUS em ação, de Bolívia; membros do FTI-QI.

2) Leitura das adesões escritas do CRI de França e de CWG de Nova Zelândia.

3) Discussão da conjuntura e dos 21 pontos como ponto de partida para o debate

Das intervenções dos participantes surgiram os seguintes acordos:

- Frente a Iraque e a guerra de agressão imperialista: nós estamos na trincheira militar de toda nação oprimida agredida pelo imperialismo, por sua vitória militar e pela derrota do imperialismo. Nós lutamos pela direção proletária revolucionária da guerra nacional e antiimperialista que a transforme no começo da revolução socialista no país oprimido e no seio da nação imperialista agressora.

Não é revolucionário nem antiimperialista todo aquele que nos países imperialistas não esteja pela derrota de seu próprio imperialismo e pelo triunfo da classe operária e das nações oprimidas por esse mesmo imperialismo.

- Combater contra as direções traidoras da classe operária, socialdemocracia, stalinismo, burocracia e aristocracia operária, a grande maioria delas agrupadas no Fórum Social Mundial, que tenta reformar o Estado capitalista.

- Contra a frente popular e contra os governos dos partidos operários - burgueses no poder. Contra toda política de colaboração de classes. Denunciar e enfrentar o rolo contra-revolucionário do governo de Lula, e do castrismo e sua política continental de contenção com que estrangulam a luta revolucionária das massas de América Latina e sustentam aos governos e aos regimes dos lacaios do imperialismo.

- Enfrentamento e luta contra os renegados e liquidadores do trotskismo. Contra o centrismo pseudotrotskista que na prática subordina-se aos aparelhos reformistas, e que, como por exemplo, no Brasil, ou integram com ministros o governo proimperialista de Lula como no caso da Democracia Socialista (Secretariado Unificado), ou agem como grupos de pressão sobre o mesmo, como o PS-TU.

- A defesa dos princípios e da moral proletária e revolucionária, tal como está colocado nos 21 pontos, em seu ponto 19: *“A social-democracia, o stalinismo e as burocracias sindicais liquidaram os mais elementares princípios e moral de classe. Os centristas, revisionistas e liquidadores da IV Internacional os seguem neste caminho. O proletariado tem sede de franqueza, de honestidade, de devoção, da mais ampla democracia operária. Para discutir, para resolver e para atuar, os trabalhadores e a juventude devem desterrar das organizações operárias o método introduzido por estas direções que tentam dirimir ou acalmar as diferenças políticas ao interior do movimento operário mediante a calúnia, as amalgamas, e a violência física”*.

No debate, surgiram também os seguintes pontos, em torno dos quais foram expressas diferenças programáticas, a saber:

- a. O método para abordar a realidade e como caracterizar a situação mundial e as situações concretas da luta das classes (Argentina 2001, Bolívia 2003) e tarefas que se desprendem.
- b. Em particular, em Iraque, divergências sobre a palavra de ordem Armas para Iraque e brigadas

operárias internacionais, ambas expressadas como exigência as organizações operárias do mundo.

c. Sobre a situação e o programa atual para Argentina. Divergências precisas em torno da declaração sobre o massacre dos mineiros do Rio Turbio, como está expresso nos textos escritos já.

d. Sobre a tática da Frente Única Antiimperialista, expressada nos materiais escritos já da TQI, FTI-QI, Trincheira Marxista, POM, CCR, e sobre sua aplicação na Argentina.

e. Sobre a política militar do proletariado, o trabalho ao interior das FFAA (tal como está nos textos escritos da TQI e da FTI-QI) e em particular, sobre a posição frente a polícia, expressado em discussões concretas sobre as realidades de Argentina, Brasil e Peru.

f. Sobre como devem intervir os revolucionários ao interior dos sindicatos.

g. Sobre Brasil, respeito à caracterização do governo de Lula, se colocou a divergência de que se trata de um governo burguês proimperialista em geral, ou se reúne as características de uma frente popular. Colocou-se um debate aberto acerca de com qual programa de ação revolucionário tem que intervir para enfrentar ao governo e ao regime capitalista e todas suas instituições.

h. Todos os participantes reivindicam a luta por construir partidos leninistas com centralismo democrático. Não obstante, temos um debate aberto acerca da concepção de partido e centralismo democrático, assim como também arredor da concepção de construção internacional.

i. Fica como tarefa aprofundar o debate sobre caracterização dos estados operários, degeneração dos mesmos e a restauração capitalista.

j. Fica aprofundar o debate sobre o Tribunal Moral Internacional.

Sobre a base deste desenvolvimento se constatou que o estado atual das divergências programáticas e do debate, e o fato de novas organizações terem se incorporado recentemente ao mesmo, não permitia a constituição de um Comitê Paritario que convocara a realização da Conferência Internacional prevista para dezembro de 2004 em Brasil.

Portanto, **se resolveu a constituição dum Comitê de Ligação**, sobre a base dos pontos de acordos, as divergências programáticas e as áreas de debate antes mencionadas. Um **Comitê de Ligação** encarregado de organizar o debate com o objetivo de explorar a possibilidade de acrescentar os acordos programáticos superando inclusive os alcançados pelos convocantes originais, porque a luta de classes assim o requer, e ao mesmo tempo bater em

comum, com campanhas internacionais, naqueles pontos em que temos acordo.

Por conseguinte, se tomam as seguintes resoluções:

a) Em primeiro lugar, comunicar as resoluções desta pre-conferência aos camaradas do CWG e do CRI, para que se somem ao Comitê de Ligação.

b) A edição de um Boletim público de debate internacional comum das organizações membros deste Comitê de Ligação, para o qual todas elas comprometem-se a apresentar suas contribuições por escrito à brevidade possível.

c) Convidar ao GB da França e ao GG do Estado Espanhol a integrasse ao debate e a este Comitê de Ligação, e a mudar a atitude política que se expressa na sua decisão de não concorrer a pre-Conferência no Brasil, a pesar de ter sido especialmente convidados, e a pesar de ter sido redatores dos 21 pontos e convocantes originais a Conferência Internacional, dando assim a costas, lamentavelmente, aos camaradas que, com um esforço enorme, reunimo-nos para procurar um caminho revolucionário internacionalista.

d) Fazer um chamamento ao debate e a integrasse ao Comitê de Ligação a todo grupo que assim deseje-o, partindo do seu pronunciamento sobre a convocação original de 21 pontos, sobre os pontos de acordos, das divergências e debates aqui colocados, e da publicação dos 21 pontos nos seus materiais oficiais impressos.

e) Os integrantes deste Comitê de Ligação comprometem-se a garantir uma discussão democrática, e é incompatível a participação no mesmo de toda corrente, grupo ou tendência que, a partir da constituição deste Comitê, expulse companheiros que coloquem divergências políticas e que aderir a tal ou tal posição de outros grupos ou tendências integrantes do mesmo Comitê.

f) O Comitê de Ligação fixa um novo encontro os dias 8 e 9 de Janeiro de 2005 em Buenos Aires, com o fim de realizarem um balanço dos seis meses de debate transcorridos, e explorar se houve uma suficiente homogeneização programática, como para convocar e pôr data à uma Conferência Internacional que, sobre a base de um programa claro, com maiorias e minorias claras, possa pôr em pé um Centro internacional transitório de reagrupamento dos trotskistas principistas e as organizações operárias revolucionárias.

Campanhas internacionais aprovadas

1) Pelo fim do processo do companheiro Tonhão, e a sua readmissão no seu trabalho, bem como dos outros companheiros afastados e perseguidos pela justiça patronal por combater contra a exploração capitalista e contra a traição da burocracia pelega.

2) Campanha pela liberdade dos prisioneiros políticos da América Latina e do mundo.

3) Aprova-se a moção "em homenagem aos companheiros trotskistas que caíram na luta revolucionária", apresentado a Pré-conferência do Brasil pelos camaradas F e R.

4) Campanha internacional para chamar aos trabalhadores brasileiros à luta para impedir que o governo de Lula venda e envie armas aos países imperialistas que massacram em Iraque, e por Fora as tropas brasileiras, argentinas e Chilenas, e todos as tropas imperialistas de Haiti.

Propostas de campanhas internacionais à consideração, com base em textos a apresentarem:

1) Proposta do FTI-QI: Declaração internacional contra o governo da frente popular no Brasil e com o programa de ação para enfrenta-lo em Brasil e a seu papel contra-revolucionário no continente.

2) Proposta do FTI-CI: Declaração internacional pelo boicote ao referendo na Bolívia, e por um Congresso de delegados operários e camponeses da COB e as organizações camponesas.

3) Proposta da FTI-CI: todas as organizações constitutivas do Comitê de Ligação, aderir e trabalhar como campanha internacional a declaração sobre os mineiros de Rio Turbio que já têm feito sua o FT e o POM do Brasil, o CWG da Nova Zelândia e a FTI-QI.

4) Proposta do FTI-CI: declaração internacional contra a cova de bandidos do Parlamento Europeu dos imperialistas opressores, exploradores e massacradores dos trabalhadores das semicolônias, as colônias e os povos oprimidos do mundo, e dos seus próprios proletariados, e combatendo toda adaptação aos partidos social-imperialistas, como está fundamentado pelo CWG e a FTI-QI nos textos já apresentados.

No encerramento das sessões, toda a organização participante reivindica o caráter de democracia operária que teve o debate, e constatou-se que nas duras discussões políticas e programáticas, ninguém utilizou acusações morais nem calúnias para tentar dirimir as divergências políticas, questão

Comissão Redatora designada pela Pré-Conferência:

Assinam,

Gustavo Gamboa, POR Argentina. (TQI).

Antonio de Oliveira, POM Brasil.

Andrade, CCR Brasil.

Walter Torres, FTI - QI. (Delegado)

Otavio Lisboa, FT Brasil (TQI).

Posições de Trincheira Marxista

Contribuições à Conferência

Inicialmente queremos saudar a convocação de uma Conferência Internacional do Trotskismo Principista.. O proletariado internacional vem de sofrer profundas derrotas. A maior delas, sem dúvida, foi a restauração capitalista nos Estados Operários burocratizados. Desde então, os povos do mundo são vítimas de brutal ofensiva imperialista. A nossa maior tarefa, quem sabe, será mostrar ao proletariado que luta que a força do imperialismo não reside em si mesmo, que o mesmo não é invencível, que tem pés de barro. A sua força provem da traição das direções operárias. O proletariado revolucionário não pode ser vencido definitivamente. Esse é o calcanhar de aquiles do capitalismo: a existência de um pressupõe a existência do outro. E a luta de classes é a consequência inelutável da existência do proletariado revolucionário enquanto classe. A luta de classe espontânea ainda não é o movimento revolucionário, mas é o seu caldo de cultura, a sua pré-condição. A tarefa dos marxistas consiste em forjar a unidade entre a luta de classes elementar com o movimento e o programa socialista. Essa unidade não pode acontecer sem a criação do partido mundial da revolução, o qual, para nascer, terá que passar por cima do cadáver político de todos o conciliadores, centristas e oportunistas.

É provável que a crise de direção atual seja a mais profunda já verificada. Está na ordem do dia a luta pelo reagrupamento do que restou da vanguarda, a sua parte mais sadia. Esse reagrupamento exige critérios: as questões de princípio, do método e da política marxista. Desse, ponto de vista, reafirmamos o nosso acordo com os eixos

principais do manifesto mas constatamos também divergências importantes. Ao mesmo tempo notamos a ausência de questões imprescindíveis para a delimitação entre o marxismo e o revisionismo, tais como: a concepção de partido; o caráter da revolução (da ditadura do proletariado, a tomada do poder, o duplo poder, as forças sociais da revolução, o papel da classe operária, etc); a questão da frente popular; a frente única; a questão nacional; a questão do leste; a questão parlamentar.

Passamos a enumerar os nossos principais acordos e desacordos com o manifesto:

Acordos

1- O imperialismo é reação em toda linha. É um sistema em agonia. A sua sobrevivência coloca em cheque a própria sobrevivência da humanidade. A atual ofensiva ianque busca uma nova repartição do mundo, o domínio das fontes de matérias primas, principalmente, o petróleo,

em detrimento dos demais imperialismos. Se não for contido pela revolução o imperialismo levará a novas guerras mundiais. As potências européias são tão nefastas quanto o imperialismo estadunidense. A crise da humanidade é, ao mesmo tempo, a crise de direção revolucionária. É preciso construir o partido mundial da revolução.

2- Todas as direções burguesas nacionais são serventes do imperialismo. Por isso, as combatemos e não hipotecamos a elas nenhum apoio político.

3- Apoiamos toda nação oprimida contra o imperialismo e somos pela sua vitória militar.

4- Defendemos o pleno direito à autodeterminação das nacionalidades oprimidas, inclusive, o direito à separação.

5- Lutamos pela ditadura do proletariado e pelos Estados Unidos Socialistas da Europa.

6- Numa situação revolucionária propomos o armamento do proletariado, os conselhos populares, o duplo poder e a tomada do poder pelo proletariado.

7- Combatemos o pacifismo e o terrorismo individual como alheio ao método do proletariado por serem estorvos à revolução.

8- Combatemos a burocracia sindical. Lutamos pela democracia operária, pelos comitês de fábrica, piquetes de greve.

9- Defendemos a independência de todas as colônias.

10-Afirmamos a plena vigência do Programa de Transição da IV Internacional.

11-O Estado capitalista não pode ser reformado.

12-Os principais centros “trotskistas” passaram-se para o campo da conciliação de classes ou abertamente da contra-revolução.

Desacordos

1-Entendemos como revolução o assalto ao poder pelo proletariado, tomando-o à burguesia ou instituindo o duplo poder. Isso não se aplica à situação argentina de dezembro de 2001, quando houve uma insurreição espontânea, tendo a burguesia conseguido reciclar-se no poder. Não houve um assalto ao poder com pretensão de substituí-lo pelo poder dos trabalhadores. Houve uma pressão heróica de massas sobre o poder contido, mas não se apresentou nenhuma proposta de alternativa de poder. O entendimento de revolução como sinônimo de qualquer mobilização revolucionária aproxima-se do conceito morenista de revolução.

2-Diz o manifesto: “Reafirmamos a vigência do programa da Revolução Permanente conta a política de frente única anti-imperialista refutada

desde a tragédia da revolução chinesa de 1927, impulsionamos a mais ampla unidade de ação anti-imperialista...”. Estamos diante de uma tautologia: contra a frente única anti-imperialista impulsionamos a mais ampla unidade de ação anti-imperialista, ou seja, impulsionamos uma frente única anti-imperialista. Uma questão política não se resolve com jogo de palavras. A política revolucionária deve ser clara. Qual F.U.A somos contra e qual F.U.A somos a favor? O texto nos dá uma indicação: somos contra a F.U.A refutada pela revolução chinesa de 1927. Acaso o texto insinua que em 1927, na China, foram refutadas as “teses do oriente” do IV congresso da Internacional Comunista? E que essas teses estariam em contradição com a Revolução Permanente, como muitos afirmam? De nossa parte o que foi refutado em 1927 foi a F.U.A na versão Stálin, Bukarin, ou seja, a Frente Popular, o apoio à burguesia nacional e a diluição do Partido Comunista no Koumitang, o partido nacionalista burguês. As Teses do Oriente nada tem a ver com isso e não guardam nenhuma contradição com a Revolução Permanente.

Modernamente, alguns “trotskistas” de filiação lorista fazem da palavra de ordem de F.U.A uma panacéia, que, muitas vezes, tem encoberto uma política de conciliação de classes.

É preciso deixar claro o conteúdo dessa relação do proletariado com a burguesia nacional na luta anti-imperialista. Dizer que todas as burguesias semicoloniais são pró-imperialistas e que o proletariado deve manter o combate e a independência política em relação a elas não exclui o fato de que eventualmente as nações são atacadas pelo imperialismo e que, então, se coloca a necessidade da frente única militar episódica com elas. A frase: “Estamos na trincheira militar de toda nação oprimida atacada pelo imperialismo, por sua vitória militar e pela derrota militar do imperialismo” significa que, apesar de seu caráter pró-imperialista, estamos em frente única militar com a burguesia nacional, sem lhe conceder apoio político. É preciso acrescentar que essa frente única somente deixa de ser apoio político à burguesia nacional se a luta anti-imperialista for usada para desmacará-la politicamente diante das massas e para preparar a tomada do poder pelo proletariado. Esta é uma questão decisiva: a relação entre o proletariado e as burguesias nacionais e seus partidos. Alguns, ditos trotskistas, usam a bandeira da frente única anti-imperialista para traficar a conciliação de classes. Outros, traficam a conciliação de classes mesmo negando a frente única anti-imperialista. Diante da transcendência do tema, anexamos o texto: Teses do Oriente e/ou Revolução Permanente.

3-Atribuir o “socialismo de mercado na China, a restauração em Cuba e a submissão do proletariado argentino à política do Forum Social Mundial é um evidente exagero. O caráter burguês e reacionário do Forum é inquestionável. Mas este não tira resoluções políticas específicas de caráter obrigatório. Portanto, não é uma central contra-revolucionária no sentido comum do termo. O Forum é mais um movimento de proselitismo da social-democracia internacional e afins para promover-se eleitoralmente e para iludir e sujeitar ideologicamente as massas ao capitalismo.

4-Na questão da natureza dos estados operários, mais uma vez, o texto peca pela falta de clareza. Fala “dos estados operários burocráticos que ainda subsistem a borda da agonia” sem nomeá-los. Entretanto, quando defende uma nova revolução operária para a ex-URSS e apenas propõe enfrentar Kim Son Il, Castro e a burocracia chinesa, deduzimos que Coréia do Norte, Cuba e China são os tais estados operários em agonia.

Alguns trotskistas consideram a China ainda um estado operário, mesmo que em agonia, quando o

imperialismo e toda a burguesia mundial a considerem um estado capitalista.

Caso não queiramos nos guiar pelo faro político da burguesia e pelas evidências, podemos, com mais propriedade, buscar a solução no marxismo. Segundo a Revolução Traída “o caráter da economia depende inteiramente do caráter do poder. A queda do regime soviético (do regime burocrático no caso da China) causaria infalivelmente a queda da economia planificada e, desde então, a liquidação da propriedade estatizada. O elo obrigatório entre os trusts romper-se-ia”. E no caso de não haver queda do regime burocrático: “a evolução das relações sociais não cessa”, “será, pois, inevitavelmente necessário que procure apoio nas relações de propriedade”.

Os processos restauracionistas na ex-URSS, na China e em Cuba, apesar das diferenças entre si, são semelhantes no fundamental: as burocracias parasitárias, cujas existências dependiam da propriedade estatal, passaram a buscar apoio nas relações de propriedade. Evidentemente a restauração capitalista é um longo processo, assim como foi a estatização. Entretanto, para o marxismo, o caráter do estado não é dado pelo percentual estatal da economia. “A nacionalização do solo, dos meios de produção, dos transportes e de troca e também o monopólio do comércio exterior exterior formam as bases da sociedade soviética” (Revolução Traída). A propriedade privada está sendo introduzida na terra, nos meios de produção e de troca e o monopólio do comércio exterior não mais existe. A planificação foi destruída. A propriedade privada foi legalizada. Novos e grandes empresários foram admitidos nas altas esferas do Partido Comunista (no caso da China). O poder não se encontra mais a serviço da defesa da propriedade estatal, mesmo à maneira burocrática. Exatamente o contrário é o que acontece. O poder mudou de caráter, encontra-se dedicado à introdução e legalização da propriedade privada. Portanto, mesmo que a privatização da economia não se tenha concluído, o estado deixou de ser um estado operário e transformou-se num estado capitalista.

5-“Lhes declaramos guerra a todas as direções traidoras e aos renegados do trotskismo que sustentam o estado sionista de Israel apoiando a política contra-revolucionária de dois estados da ONU e dos imperialistas”. Muito certo. A política da ONU visa legitimar a dominação sionista como ponta de lança do imperialismo. “Lutamos pela destruição do Estado de Israel e por um estado

palestino laico, democrático e não racista sob um governo operário e camponês...”.

Qualquer solução para o problema palestino passa, em primeiro lugar, pela destruição do Estado racista de Israel. Reconhecemos o direito histórico dos palestinos sobre toda a palestina, legitimado por dois mil anos de ocupação do território. Nesse sentido, exigimos o direito de retorno de toda a “diáspora” palestina. A realidade atual deve considerar a presença de seis milhões de judeus na palestina a quase um século. Esses imigrantes judeus foram trazidos pelo imperialismo e para servir aos seus propósitos. O ideal seria exigir do imperialismo a solução para a recolocação da população judia. Mas isso está fora de cogitação. Mais fácil seria destruir mundialmente o imperialismo. A nossa discussão refere-se a uma questão mais específica, ou seja: a derrota do imperialismo na palestina, pela luta do povo palestino e das massas árabes. Nesse caso, a solução imediata do problema caberia principalmente aos proletariados palestino e judeu. O seu primeiro ato seria a destruição do estado sionista, ou seja, do seu exército e de todas as suas

instituições políticas e jurídicas. No seu lugar deve ser criado um novo estado, um estado operário, por parte igualmente dos dois proletariados. Os conselhos proletários palestinos e judeus podem optar por duas soluções: ou um estado operário unificado ou dois estados operários federados. Os revolucionários marxistas não são indiferentes a essas soluções e tem a sua opinião. Preferem um estado único e lutam por êle, mas consideram qualquer das duas propostas como legítimas.

Mais importante que essa discussão sobre um ou dois estados é determinar o caráter desse estado. Sobre isso, mais uma vez, deve haver a maior clareza. Que sentido teria a sua fórmula: “governo operário e camponês, laico e democrático”? Seria sinônimo de ditadura do proletariado, no sentido bolchevique? Nesse caso, o termo “democrático” seria não só supérfluo como ambíguo. Poderia sugerir um estado intermediário entre a ditadura do proletariado e a da burguesia. Na sua forma se assemelha à fórmula leninista “ditadura democrática dos operários e camponeses”, enterrada pela história segundo o Programa de Transição e reavivada pelo estalinismo, no sentido democrático burguês e aplicada no caso chinês.

Com este texto queremos apresentar a nossa contribuição prévia ao seu esforço “para reagrupar as fileiras dispersas dos internacionalistas revolucionários, que é o mesmo nosso. Essa tarefa re-

quer uma discussão franca e sem concessões. Acreditamos que esse é o método para que possamos nos colocar no mesmo campo, esclarecendo as divergências apontadas. Por certo, também outras surgirão em torno das questões não abordadas. O importante é que não se estabeleçam divergências de princípio capazes de colocar-nos em campos opostos. E esse não é o caso.

Queremos esclarecer que o Comitê Marxista Revolucionário, de um tempo para cá, não vem funcionando de forma orgânica. Estamos desenvolvendo esforços para manter o boletim Trincheira Marxista. Por esse motivo, este texto é de responsabilidade individual dos signatários. Acreditamos que temos uma contribuição a dar na formulação de uma política revolucionária. Por isso, manifestamos nossa intenção de participar da futura Conferência Internacional.

TESES DO ORIENTE E/OU REVOLUÇÃO PERMANENTE

É arbitrária a interpretação de que as Teses do Oriente se contrapõem à Revolução Permanente. É verdade que as primeiras não falam explicitamente que a revolução democrática se resolve pela ditadura do proletariado. No entanto, é uma distorção grosseira dizer que as Teses do Oriente propõem a revolução por etapas. Por revolução por etapas se entende uma pretensa revolução burguesa, anterior e distinta da ditadura do proletariado e dirigida pela burguesia nacional. Essa é a tese do menchevismo e, posteriormente, do estalinismo. Moreno foi o primeiro a afirmar que as Teses do Oriente são etapistas. Pior ainda, Moreno (êle sim um menchevique) tem a ousadia de dizer que Lênin e Trotsky eram “mencheviques sui generis” antes de 1917.

O bolchevismo se forjou e temperou exatamente na luta contra o menchevismo, principalmente, antes de 1917. O caráter burguês da revolução russa, e nos países atrasados, era um consenso entre todas as alas da social democracia. Burguês, porque as tarefas fundamentais eram de natureza burguesa. Os bolcheviques nunca mudaram essa caracterização da revolução russa. A Revolução Permanente não contrariou essa tese. Apenas acrescentou que a revolução burguesa seria dirigida pelo proletariado e se transformaria, num mesmo e contínuo processo, em revolução socialista. O que opôs o bolchevismo ao menchevismo foi a questão do poder, qual classe dirigiria o processo revolucionário: proletariado ou burguesia nacional, respectivamente. Para os men-

cheviques o proletariado deveria apoiar a burguesia nacional, dando origem a um regime burguês mais ou menos prolongado. Os bolcheviques propunham a aliança entre o proletariado e os camponeses pobres, contra a burguesia nacional. Para Lênin, essa revolução daria origem à Ditadura Democrática do Operários e Camponeses. Na medida em que dela participaria o proletariado, não poderia haver oposição ela e a Ditadura do Proletariado. A relação entre as duas revoluções era uma questão em aberto. Para os mencheviques o regime burguês se consolidaria e somente no futuro seria derrubado pela revolução socialista. Esse é o sentido clássico de revolução por etapas. A fórmula leninista nada tem a ver com isso, é o seu oposto.

Mas, e as Teses do Oriente? Elas, sim, seriam etapistas? Para que isso seja verdade, seria preciso que as mesmas defendessem a direção da burguesia nacional na revolução. Mas isso não é verdadeiro. Pelo contrário, um dos eixos das teses é exatamente a luta contra a burguesia nacional. Por exemplo: “Essa luta pela influência sobre as massas camponesas deve preparar o proletariado nativo para o papel de vanguarda política. Somente depois de ser submetido a esse trabalho preparatório e atraído os setores sociais adjacentes o proletariado nativo se encontrará em condições de enfrentar a democracia burguesa oriental, que possui características formalistas ainda mais hipócritas que a burguesia do ocidente”. (Los quatro primeros congresos de la internacional comunista – pg. 230). “A classe operária das colônias e semi-colônias deve saber firmemente que somente a ampliação e a intensificação da luta contra o jugo imperialista das metrópolis podem atribuir-lhe um papel dirigente na revolução”. (idem, pg.230). Estas, entre outras tantas citações, deixam claro que as teses jamais atribuem qualquer papel progressista, muito menos dirigente, à burguesia nacional. Esta apenas dirige as fases iniciais do movimento. E na medida em que as massas se incorporam, a direção passa para o proletariado. Nada autoriza a conclusão de que se trata de etapas distintas.

A ditadura do proletariado pode não estar afirmada mas está, ao menos, implícita. O que se pode deduzir do seguinte: “As tarefas objetivas da revolução colonial superam o marco da democracia burguesa”. (idem, pg.229). “Somente uma forma de administração soviética pode assegurar a lógica coroação da revolução agrária camponesa”. (idem, pg.229).

- Frente Única Anti-imperialista.

O bolchevismo sempre defendeu a necessidade de acordos práticos eventuais com os partidos burgueses, expressa na frase famosa: “golpear juntos e marchar separados”. Esse é o verdadeiro sentido da proposta de frente única anti-imperialista (FUA). Como se pode ver: “O movimento operário dos países coloniais e semi-coloniais deve, acima de tudo, conquistar uma posição de fator revolucionário autônomo na frente anti-imperialista comum. Somente se se reconhece essa importância autônoma e se conserva sua plena independência política, os acordos temporários com a democracia burguesa são admissíveis e até indispensáveis”. (idem, pg. 232). Esses acordos não se justificariam por quaisquer pretensas virtudes anti-imperialistas das burguesias nacionais, mas exatamente o oposto. “Esta luta é muito mais necessária desde o momento que as classes dirigentes autóctonas tendem a estabelecer compromissos com o capital estrangeiro”.(idem, pg.231). Portanto, se trata de uma tática de desmascaramento da burguesia nacional. As teses explicam os pressupostos dessa tática: - a tendência de um desenvolvimento capitalista relativamente autônomo fruto da crise do imperialismo e do afrouxamento momentâneo dos seus laços; - um amplo movimento nacional revolucionário que seria apenas desencadeado por setores burgueses; - a tendência a sua capitulação diante do imperialismo; - a necessidade de disputar as massas à burguesia nacional; - a previsão de que essas condições abrangeriam um longo período.

A necessidade de acordos circunstanciais, cada vez mais raros, continuam até hoje. Mas a FUA, como tática, caducou junto com a tendência ao desenvolvimento nacional autônomo. As revoluções anti-coloniais, formalmente vitoriosas, desembocaram num neo-colonialismo de fato, mais atroz que o anterior. As burguesias nacionais tornam-se cada vez mais dependentes do imperialismo. Acabaram os movimentos nacionais dirigidos pela burguesia. A situação é a inversa. O imperialismo encontra-se na ofensiva. Destruiu os estados operários degenerados, a maior derrota sofrida pelo proletariado na história. Agora investe contra os estados nacionais periféricos. As semi-colônias regridem à condição de virtuais colônias. Esse monstruoso ataque se dá com a conivência das burguesias nacionais, em todas as suas variantes políticas. Não existem mais burguesias nacionais independentes. Os setores chaves das nossas economias ou estão diretamente na mão do imperialismo ou são associados a êle ou dele dependem para o acesso ao mercado mundial. As médias e

pequenas burguesias não podem ter projetos próprios. As tarefas anti-imperialistas cabem, exclusivamente, ao proletariado aliado às camadas pobres da população.

Dessa caracterização não se deduz que tenha acabado os enfrentamentos entre as burguesias nacionais e o imperialismo. A ofensiva imperialista produz frequentemente esses conflitos. (Malvinas, Afeganistão, Iraque, etc.) Nesses casos, a tendência da burguesia é oferecer uma resistência covarde e vender os interesses nacionais na primeira oportunidade. Diante de uma intervenção imperialista, os marxistas colocam-se inteiramente no campo da nação oprimida. Isso implica que os acordos pontuais com as burguesias nacionais estariam colocados na ordem do dia. Mas a burguesia sempre preferirá o imperialismo ao proletariado. Assim, esses acordos, além de improváveis, seriam extremamente instáveis.

Essas são as razões pelas quais a FUA caducou. Morreu antes de nascer porque nunca foi efetivamente aplicada. Foi transformada pelo estalinismo em frentes populares. Sua caricatura grotesca. Sua necessidade foi sepultada pela história.

ADENDOS À POLEMICA A PROPÓSITO DA CONFERÊNCIA

1 – Sobre o partido mundial da revolução.

A crise de direção revolucionária arrasta-se por um período demasiado longo. A restauração capitalista no leste e na China agravou-se a um nível jamais visto. As últimas décadas testemunharam o processo final de abandono de qualquer vestígio marxista das principais vertentes “trotskistas”. Concordamos parcialmente com o POR quando afirma que o centrismo, por sua debilidade, não foi responsável por nenhuma derrota de grandes proporções. Isso é uma meia verdade. Na Bolívia, por exemplo, o “trotskismo” foi co-responsável direto pela derrota de duas revoluções. Mas, pior do que isso, as capitulações e desvios do centrismo abortaram as excelentes oportunidades de reconstrução da IV Internacional, principalmente, nas décadas de 60 e 70. Algumas dessas correntes encaminhavam-se para transformar-se em partidos de massa. O seu crime não é menor. Já foi consumado, está cristalizado, nenhuma “medicina preventiva” poderá salvá-lo. O seu vínculo com o estado burguês passou a ser um vínculo material. As suas organizações, enquanto tais, devem ser politicamente destruídas. Isso não significa que, individualmente, muitos militantes ou frações menores, não possam engrossar as fileiras

da revolução. Faliram não só as organizações, mas a geração que as carregaram nas costas. A coluna dos velhos militantes será preciosa, mas minoritária. A maioria será de novos lutadores, desprovidos dos vícios do passado.

O vendaval foi tão destrutivo que não restou nenhum centro político reconhecido, que possa servir de catalisador. Reconstruí-lo é a nossa primeira tarefa. Entretanto, antes disso, é preciso recuperar o programa e o método revolucionário. O programa bolchevique foi esquecido. Não nos pomos de acordo sobre ele. O marxismo, que já foi hegemônico, hoje precisa recomeçar. Não está no seu horizonte imediato a luta pelas massas, mas pelo melhor da vanguarda..

2 – Em que conjuntura nos encontramos.

Com o advento do imperialismo abriu-se uma época histórica objetivamente revolucionária, ou seja, de instabilidade permanente, de guerras, crises e revoluções, onde a revolução proletária está colocada na ordem do dia. Isso não significa que a mesma esteja atrás da esquina. Significa, apenas, que as condições objetivas, econômicas e sociais, estão dadas. Faltam as condições subjetivas: a organização, a consciência, o partido, a mobilização.

Devemos saber caracterizar corretamente a conjuntura, não só do ponto de vista histórico, mas também político, subjetivo, da luta de classes. A restauração capitalista, nos ex-estados operários, representou, quem sabe, a mais profunda derrota do proletariado. Desde então, desencadeou-se uma ofensiva imperialista em todos os campos: político, ideológico e militar. A profundidade da crise de direção deve-se a esse fato. A situação não é indefinida, mas contrarrevolucionária. Apesar disso, nenhuma conjuntura é internacionalmente linear. A luta de classes não pára. Muitas mobilizações, insurreições e greves continuam acontecendo.

A Argentina, em 2001, viveu uma situação pré-revolucionária, fruto de uma semi-insurreição espontânea. Por traição das direções, a burguesia conseguiu reciclar-se no poder. Não foi uma “revolução meio surda e meio cega”, porque não se colocou objetivamente a questão do poder, nem instituiu o duplo poder. Construí-lo era, exatamente, o que estava colocado na ordem do dia e era a isso que se opunham as direções traidoras. Não se colocava a tomada imediata do poder, mas a sua preparação. A agitação das palavras de ordem que conduzissem ao duplo poder: a organização independente do proletariado, a unificação do conjunto do movimento de mas-

sas em Conselhos Populares e a autodefesa. Na medida em que o movimento era atacado por para-militares, tornava-se urgente a agitação da autodefesa, forma concreta de introduzir a necessidade do armamento do proletariado. Falar em “politizar”, “elevar o nível de consciência”, nem momento de radicalização revolucionária, é por-se na janela enquanto a caravana passa. O grupo político que não levantou, concretamente, as palavras de ordem de organização do duplo poder, condizentes com a situação, e da autodefesa, não se colocou à altura do proletariado argentino.

3 – Uma vez mais a FUA e a Revolução Permanente.

O texto da FTI-CI resgata, parcialmente, o bolchevismo, na questão das Teses do Oriente, das garras do morenismo, o qual as teria classificado como etapistas. A citação seguinte é lapidar: “Não há, nem nas Teses do Oriente, nem em nenhum texto da III Internacional, em seus quatro primeiros congressos, onde se proponha que o objetivo dos partidos comunistas coloniais e semicoloniais era lutar contra o imperialismo e contra os restos feudais para impor uma república democrática burguesa, com um governo burguês nativo, nem nada que implique que os comunistas deviam apoiar a burguesia nacionalista”.

Infelizmente, o resgate é parcial. Moreno não apenas afirma que as Teses do Oriente eram etapistas, mas também que, para Trotsky, a revolução permanente valeria somente para a Rússia e os países imperialistas. Até 1927, nos países atrasados, a revolução seria dirigida pela burguesia. Somente a partir de então “generalizou” a revolução permanente para o conjunto desses países. Como vimos, a FTI-CI nega, categoricamente, que, em qualquer momento, Trotsky tenha defendido uma revolução dirigida pela burguesia, mas afirma que considerava impossível a revolução sob direção do proletariado nesses países, enquanto não acontecesse a revolução no ocidente. Mas, igualmente, considera que somente a partir de 1927 “generalizou” a tese da revolução permanente.

Essa conclusão é duplamente equivocada. Primeiramente, não é verdade que, a partir de 27, Trotsky elimina a distinção entre países maduros e não maduros para a ditadura do proletariado. Do ponto de vista nacional, mesmo em 1929, ainda admite essa divisão. Vejamos com cuidado as próprias teses da Revolução Permanente: “11. O esquema, acima traçado, do desenvolvimento da revolução mundial elimina a

questão dos países maduros ou não maduros para o socialismo, segundo a classificação pedante e rígida que estabelece o programa atual da Internacional Comunista”. Vejam, não existiriam países maduros ou não maduros, segundo a classificação rígida da Internacional. Ou seja, segundo uma classificação dialética, marxista, poderia existir. Basta, para esclarecer isso, continuar a citação da mesma tese número 11. “Um país atrasado, colonial ou semicolonial, cujo proletariado não esteja bastante preparado para conduzir o campesinato e conquistar o poder é, por isso mesmo, incapaz de levar a bom termo sua revolução democrática”. Para não deixar dúvida, citamos esta outra: “Significará isso que todo país, mesmo num país colonial atrasado, esteja maduro, se não para o socialismo, ao menos para a ditadura do proletariado? Não, não significa”. (A Revolução Permanente – Kairóz – pg. 120). E mais adiante: “Não se pode prever quando e em que condições um país estará maduro para a solução verdadeiramente revolucionária (leia-se: ditadura do proletariado – nota do autor) das questões agrária e colonial”. (idem, pg. 121). “Nas condições da época imperialista, a revolução nacional democrática só pode ser vitoriosa quando as relações sociais e política do país estejam maduras para levar o proletariado ao poder, como chefe das massas populares”. (idem, pg. 121). Portanto, a questão da maturidade depende de questões socioeconômicas e, vejam bem, políticas. O capitalismo, como um todo, está maduro para a ditadura do proletariado e para o socialismo. A maturidade depende de fatores objetivos, sociais, e de fatores subjetivos, políticos. Em geral, os países coloniais e semicoloniais, estão objetivamente maduros para, pelo menos, a ditadura do proletariado, senão para o socialismo. Mas alguns podem não estar. Mesmo assim, podem chegar à ditadura do proletariado a depender da revolução no ocidente. Essa é a dialética da Revolução Permanente. Nada tem a ver com a interpretação rígida, escolástica, que nos é apresentada.

A tese da revolução permanente apenas foi sistematizada com mais clareza em 1929, sua essência é a mesma de 1905. E não valia apenas para a Rússia e os países centrais, mas para todos os países coloniais e semicoloniais. Portanto, é uma “heresia” afirmar que, para Trotsky, a revolução proletária seria impossível, nos países coloniais e semicoloniais, antes da revolução nos países imperialistas, e que somente em 27 “generalizou” a revolução permanente. Para não deixar dúvida, permitam esta citação da Revolução permanente.

“Nos países burgueses modernos que, embora atrasados, já entraram no período da indústria capitalista e estão ligados entre si pelas estradas de ferro e pelo telégrafo (e com isso, nos referimos tanto à Rússia como à China e à Índia) o campesinato ainda é menos capaz de desempenhar um papel dirigente”. (idem, pg.65). Percebemos que considerava China e Índia como estados burgueses modernos. Inclusive, mais modernos do que a Rússia de 17, como veremos a seguir: “A classe dos grandes proprietários fundiários quase não existe na China, estando eles ligados aos capitalistas desse país de maneira muito mais estreita do que na Rússia czarista; por conseguinte, o peso específico do problema agrário é, ali, muito menor do que na velha Rússia, em compensação, é enorme o lugar ocupado pela tarefa libertadora. Por isso mesmo, o campesinato chinês não pode ser mais capaz do que o russo para uma luta revolucionária e política independente pela renovação democrática do seu país. E a prova disso está, por exemplo, no fato de não ter aparecido na China, nem antes de 1925, nem durante os três anos de revolução, nenhum partido populista que marchasse sob a bandeira da revolução agrária. Tudo isso demonstra que a fórmula da ditadura democrática representa para a China, depois da experiência de 1925/1927, uma armadilha ainda mais perigosa do que, para a Rússia, a Revolução de Fevereiro”. (idem, pg.113). Esta longa citação era necessária porque pode ser a fonte de todos os equívocos. A discussão com Radek girava em torno de se poderia existir uma ditadura democrática entre a ditadura do proletariado e a da burguesia. Trotsky prova que não, porque, a ser possível, esta deveria ser dirigida pelo campesinato. E, para isso, o campesinato precisaria construir o seu partido. Argumenta, então, que o campesinato chinês demonstrou-se sempre incapaz de construir tal partido. A ditadura democrática se torna “uma armadilha ainda mais perigosa” depois de 25/27, porquê esse período revolucionário demonstrou, inequivocamente a preponderância da classe operária na revolução. Os companheiros extraem uma conclusão absurda: de que somente em 1927, Trotsky tenha avaliado a capacidade da classe operária chinesa de liderar a revolução.

Para Trotsky, não só a China estava madura para a ditadura do proletariado como, em geral, os demais países atrasados. Avaliem o sentido desta frase: “Dada a acuidade do problema agrário e dado o caráter odioso da opressão nacional, o proletariado dos países coloniais, a despeito da sua juventude e do seu desenvolvimento relativa-

mente fraco, pode chegar ao poder, colocando-se no terreno da revolução nacional democrática, mais cedo que o proletariado de um país avançado que se coloque num terreno puramente socialista. Tinha-se a impressão de que, depois de outubro, já não seria necessário demonstrar isso”. (idem, pg.119). A teoria da generalização cai, definitivamente, por terra. Considerava a polêmica acabada em 1917. Mas, pessoalmente, defendia essa tese desde 1905. Pelo visto, desgraçadamente, a polêmica, ainda continua em 2004.

É preciso resgatar o bolchevismo e não fazê-lo responsável pelos erros políticos em torno da FUA. A razão desta não se devia a que a ditadura do proletariado fosse impossível, mas em razão da previsão de que a luta antiimperialista seria longa. As citações que, pretensamente, provariam que a revolução seria impossível eram, apenas, prognósticos e não uma teoria.

4 – O POR Argentino e a FUA.

A nossa análise da posição do POR parte de documentos escassos. O primeiro erro diz respeito ao método. Frente única é uma tática em torno de alguma necessidade política, que é razão de ser do chamado. O POR transforma a FUA, ela mesma, numa palavra de ordem. Que sentido teria isso? Assim deixa de ser uma tática, a unidade está acima da necessidade.

O documento para a conferência nacional, de janeiro de 2002, define a frente única como a unidade das Assembléias Populares com os piqueteiros. Nesse caso, seriam organismos de massa, tipo soviético, de duplo poder, aproximadamente, como o foram na Rússia: organismo de duplo poder entre o proletariado e as massas exploradas. Mas porque antiimperialista? Na Argentina, como resto da América Latina, apesar da enorme importância da luta antiimperialista, as tarefas socialistas são preponderantes na revolução. Ao rebaixar o programa, não estaria, o POR, objetivamente, reservando um lugar para setores burgueses na FUA?

Na Tribuna de Debates, com a LBI, o enfoque é outro: “Se abre uma nova possibilidade de reagrupamento da vanguarda”. “A tática de frente única como ferramenta de construção”. Aqui a FUA aparece como método de organização da vanguarda. Uma espécie de ante-sala do partido. Na carta aberta, de abril/02, o desenho da verdadeira FUA, para o POR, começa a tomar forma. Inicialmente, chama a atenção o caráter abstrato do chamado. Não se dirige aos organismos de massa com propostas concretas, mas aos

ativistas individualmente. O POR define assim a composição de classe da FUA:

“... não existe classe social burguesa nacional interessada no desenvolvimento antiimperialista”. “Sem a burguesia e contra ela”. Entretanto, a ser assim, nos parece uma contradição dirigir um chamado tão amplo, inclusive, “aos filiados aos partidos burgueses tradicionais desiludidos com os políticos patronais”. Essa abrangência, naturalmente, se dirige, também, à pequena burguesia urbana. Junto com ela poderia vir a média. Dessa forma, a burguesia poderia estar representada. Vejamos melhor a sua posição. FRENTE, porque a unidade não supõe perda de identidade (nem ideológica, nem política, nem organizativa), da diversidade de setores convocados. Sobre a base de um programa de luta e de governo...”. “ÚNICA, porque o eixo central do chamado é golpear com um só punho ao inimigo de classe”; ANTIIMPERIALISTA, porque supõe uma aliança de classes e de setores...”. Bom a frente é contra a burguesia e ao mesmo tempo é uma aliança de classes. Que classes? É também uma frente com um programa comum, de poder e permanente. A frente “não supõe perda de identidade” dos setores envolvidos, mas, ao mesmo tempo, tem um programa comum. Não pode haver independência política sob o signo de um programa comum.

Até aqui o desenho da frente está quase completo. Falta deslindar a questão da composição. Participa ou não a burguesia? Já vimos que, para o POR, “não existe classe social burguesa nacional interessada num desenvolvimento antiimperialista”. Poderíamos pensar que não existiria burguesia antiimperialista. Mas não é assim. O texto é ambíguo porque fala apenas em “desenvolvimento antiimperialista”. Desse modo, poderia haver setores antiimperialistas sem serem desenvolvimentistas. Tanto é assim que o POR critica esta afirmação constante dos 21 pontos convocatórios: “Todas as burguesias semicolônias são necessariamente pró-imperialistas”. Para o POR, nem todas. Inicialmente, fala que existem “atritos e confrontos entre as nações oprimidas e o imperialismo”. Até aí, parece que estamos de acordo, entretanto, logo após diz o seguinte: “Por um sinal de igual entre interesses de classe, entre setores da burguesia que pretendem um desenvolvimento capitalista do país, e aqueles que se localizam como uma oligarquia compradora sócia ao imperialismo, desarma politicamente para o diálogo com as massas,...”. Esta frase decifra o enigma: a burguesia nacional se divide em dois seto-

res, o desenvolvimentista e o pró-imperialista. Logicamente, o primeiro é progressista em relação ao segundo. Este é um erro crasso. Por certo, a burguesia é uma classe heterogênea. O grau de submissão ao imperialismo de cada um dos seus setores, é diferente. Entretanto, todos eles, de alguma forma, estão adaptados à ordem imperialista. Já nasceram adaptados. A história prova isso até o cansaço. Todos os partidos nacionalistas acabam implementando os planos imperialistas. Mas e as suas alas esquerdas? Também essas já foram testadas. E também a esquerda da esquerda.

O POR acredita piamente que ainda existe essa ala esquerda e continua procurando. Fala em “influir nas tendências e frações de esquerda que necessariamente se desprendem dos movimentos nacionalistas burgueses...”. “A essas frações e tendências lhes propomos a construção da Frente Única Antiimperialista”. Agora, o quadro da frente única, na versão POR argentino, está pronto. É o mesmo de Lora: uma frente orgânica, programática e de poder, com a burguesia. O POR “não se cansa de dizer” que é a mesma tática das Teses do Oriente. Por maior fôlego que tenha em repetir essa calúnia, não tornará a sua proposta de FUA menos parecida com a Frente Popular. As Teses do Oriente propunham acordos práticos, provisórios. Se alguém conseguir provar a sua relação com a FUA do POR é um gênio. Qualquer militante que tenha lido dois livros de Trotsky, escolhidos aleatoriamente, terá encontrado, dezenas de vezes, que não se faz frente orgânica com a burguesia, nem programática, nem de poder. Esse é o ABC da independência de classe.

A FUA NA VERSÃO LORA

A Assembléia Popular de 70-71: a FUA na prática.

A FUA foi desenterrada por Lambert e, desde então, continua a propagar o seu vírus. Na América Latina o foco chama-se Guillermo Lora. Para sermos mais precisos não foi a FUA, tal como das Teses do Oriente, que foi desenterrada, mas sua sucedânea grotesca. Para provar isso, lembraremos os princípios bolcheviques, com relação à burguesia nacional: nenhuma frente orgânica; nenhuma frente permanente; nenhum programa comum; acordos circunstanciais e provisórios em torno de questões específicas e bem delimitadas; nenhuma confiança na burguesia nacional; nenhuma participação nos seus governos; mesmo durante a vigência desses acordos, a luta

de classes contra a burguesia continua; política de desmascaramento da burguesia nacional.

Comparemos, agora, esses princípios com a política do POR para a Assembléia Popular boliviana de 1971. Essa assembléia foi uma organização popular, de cunho soviético, fruto de uma greve geral radicalizada, em outubro de 1970, contra a ameaça de golpe militar, e que levou ao poder o general Torres. Até 21.08.71, quando irrompeu o golpe de direita, vigorou, na Bolívia, o duplo poder. Lora caracterizou essa assembléia como uma Frente Única Anti-imperialista. Mas, acaso as tarefas centrais da revolução boliviana são de natureza democrático burguesas? Não, principalmente. A Bolívia possui uma classe operária minoritária mas concentrada, radicalizada, organizada na COB. Portanto, ao lado das tarefas democráticas, colocam-se as tarefas socialistas: a nacionalização das minas. Ao rebaixar o programa, não estaria Lora fazendo concessões a seus amigos nacionalistas?

Lora vangloria-se de que a assembléia era dirigida pelo POR. Para que isso fosse possível, era preciso que o POR fosse respaldado por outros partidos. Segundo o próprio Lora: “É ilustrativo que o PCB houvesse ajudado o POR a dar a fisionomia que teve a Assembléia Popular”. (Bolívia: da Assembléia Popular ao golpe fascista, pg.54). “... se trata do partido mais penetrado de trotskismo do mundo”. (idem, pg.53). Mas o POR não foi respaldado só pelo PCB, também pelo lechinismo, partido nacionalista do movimento operário. Essa suposta direção do POR é contraditória com esta outra afirmação: “No seio do comando se travou uma áspera batalha ao redor do problema de se a classe operária devia alinhar-se atrás de Torres ou não. Nacionalistas e estalinistas formulavam a necessidade de apoiar incondicionalmente o general rebelde e proclamá-lo presidente do povo,...”. (idem, pg. 45). Ou os partidos burgueses adaptaram-se ao POR ou o POR a eles. É o que veremos.

Na Bolívia, o nacionalismo burguês já havia fracassado, em todas as suas variantes. O poder lhe caiu no colo com a revolução de 52, empossando o MNR no palácio Quemado. Este traiu a revolução e devolveu o poder ao imperialismo, transformando-se num dos seus braços na Bolívia. Torres, como ala do nacionalismo, entre o imperialismo e o proletariado, também, preferirá o primeiro. Lora reconhece isso. Fala da ilusão que tinha de que Torres fornecesse armas ao povo. Admite que os generais, nacionalistas e golpistas, negociavam no auge da crise e acordaram em colocar acima das suas diferenças a unidade do exér-

cito e de que “tinham plena consciência de que o povo armado acabaria com o exército”. (idem, pg. 46). Assim, reconhece que as suas diferenças eram apenas quantitativas e não qualitativas.

Desgraçadamente esse reconhecimento de nada serviu ao POR. Toda a sua política foi no sentido oposto. A luta do proletariado não seria contra o conjunto da burguesia e todos os seus representantes, mas entre o proletariado, aliado ao setor nacionalista do exército, contra os golpistas. Torres cairia por si mesmo com a vitória contra a direita. Nas suas palavras: “A luta não era para nós entre Torres e as massas, senão entre

o gorilismo e estas últimas”. “... ao governo operário somente se poderia chegar através do aplastamento do gorilismo, o que haveria representado a simultânea destituição de Torres”. (idem, pg. 76). Evidentemente que, quando se desencadeia o golpe militar, a luta, que era e continua politicamente contra toda a burguesia, passa a ser, exclusivamente no campo militar, contra o golpe. Entretanto, não foi disso que se tratou, de uma frente militar contra o golpe. Ao suspender a luta política contra o governo nacionalista, durante todo o período revolucionário, que durou quase um ano, o POR, objetivamente, o apoiou. E a ser verdade que Torres cairia automaticamente com a vitória contra o golpe, Kerensky também teria caído com a vitória sobre Kornilov e a Revolução de Outubro não teria sido necessária.

Quando a Assembléia Popular aceita participar do ministério, o POR é corretamente contra. Mas logo após passou a defender o controle sobre os ministros “populares”. Nas suas palavras: “Nesse momento, fizemos o maior dos esforços para conseguir que os prováveis representantes operários fossem controlados pelo comando e não por Torres”. (idem, pg.69). O POR, desse modo, passa a ser conivente com a participação no governo, quando, a política correta seria denunciar impiedosamente essa participação.

Num momento revolucionário, sob ameaça de golpe militar, estava colocada na ordem do dia a preparação da tomada do poder. Isso pressupunha duas coisas: o armamento do proletariado e a ocupação das minas. O POR foi contra as duas. Substituiu a ocupação das minas pela co-gestão, em acordo com o governo militar nacionalista. Mais precisamente, pela luta em torno da hegemonia sindical na administração da Comibol, a empresa estatal administradora das minas. Pior ainda, argumenta que essa co-gestão equivalia à tomada do poder. Já vimos antes que Torres

cairia automaticamente com a vitória contra o golpe. Agora a simples co-gestão significa a tomada do poder. Isso nada tem a ver com a luta pelo poder. Pelo contrário, é desviar as massas do caminho do poder.

Quanto ao armamento, o POR o considerava prematuro, uma aventura. E, muito mais grave, considera-o dispensável. Após argumentar que o importante é que a Assembléia decida executar as suas decisões, com base na mobilização direta, assim se expressa: “Salta à vista que para cumprir esse mandato não indispensável contar com um exército ou com grupos armados. As massas, em seu empenho por impor sua vontade, podem ser-se obrigadas a recorrer às armas,... a forma como se coloque esse problema e a forma de resolvê-lo dependem de circunstâncias políticas concretas”. (idem, pg.87). “Não se trata simplesmente de derrotar as forças armadas em combate formal, isso pode conduzir a colocações suicidas. O Ascenso da onda revolucionária contribuirá com o deslocamento das bases das forças armadas e o trabalho do partido pode contribuir a acelerar esse processo”. (idem, pg.70). Esse arrazoado não contém uma vírgula de verdade. É o programa acabado da passividade e da derrota. O poder operário não depende simplesmente da “decisão” de impor a sua vontade. Depende da capacidade de impor essa vontade à vontade da burguesia. As massas não apenas “podem” ver-se obrigadas a recorrer às armas, mas serão inevitavelmente obrigadas a recorrer a elas. Sem dúvida, na luta de classes, o problema político é o preponderante. Mas, no auge da luta política, esta se resolve pelas armas. Nenhuma revolução pode vencer sem quebrar a disciplina do exército. Mas, não podemos esperar que o exército se desintegre apenas com a luta política. Para que os soldados, filhos do povo, se rebelem é preciso que confiem na capacidade e vontade do proletariado de tomar o poder. Por isso, é decisivo que o mesmo esteja armado. Em oposição ao foquismo, o armamento deve ser feito em razão da luta de classes, principalmente, na forma de auto-defesa. O marxismo não separa a luta política da necessidade do armamento, nem no sentido do foquismo, que a despreza, nem no sentido da passividade, que a absolutiza. Pelo visto, Lora aposta a sorte da revolução apenas no “deslocamento das bases das forças armadas”. Isso equivale a apostar na derrota. Como sabemos, o POR aposta na existência de um setor progressista nas forças armadas, entre a oficialidade.

Assim, o POR praticou a sua concepção

de FUA, que consistiu em: bloco permanente com o nacionalismo; frente programática com ele; suspensão da luta de classes em nome da luta contra o fascismo; apoio indireto ao governo nacionalista; renúncia à conquista do poder; rebaixamento do programa e dos métodos de luta.

- **A FUA no exílio.**

Para o POR a FUA continuou no exílio. É definida assim: “A Frente Revolucionária Anti-imperialista compreende toda a gama das esquerdas bolivianas, desde as tendências que, de alguma forma, entroncam com o nacionalismo, ... , até as mais radicais...”. (idem, pg.149). “A amplitude da FRA se explica porque atua em condições difíceis de repressão e porque considera que todos os esforços são bons quando se trata de por em pé de combate a todo o povo...”. (idem, pg. 150). “...(a FRA) se propõe como direção das maiorias do país” (idem,pg.150). Agora as coisas ficam mais claras: “em condições difíceis de repressão” todos os esforços devem ser feitos para por em pé uma ampla frente orgânica, inclusive com a burguesia, para que seja a direção do proletariado boliviano. Vimos que, em condições revolucionárias, a política foi a mesma.

Vejamos a sua concepção de independência política no seio da FRA: “A linha política do proletariado se encontra presente no seio da FRA por meio dos seus documentos constitutivos...”. (idem, pg. 150). “A FRA seguiu um caminho diverso: procedeu à prévia e cuidadosa delimitação de posições...”. “Partindo dessa encarniçada e radical discussão foi possível elaborar uma estratégia e métodos de luta únicos que devem ser aplicados de maneira conjunta”. Portanto, a frente policlassista é regida por estratégia e táticas comuns. Para Lora a independência de classe deu-se previamente na discussão do programa. A partir daí, o bloco passa a ser coeso. Mas é forçado a admitir que esse programa comum pode não ser suficiente. Por isso, é preciso, também, garantir a hegemonia proletária no seio da FRA: “Com tudo isso queremos dizer que deve-se cuidar zelosamente que as decisões políticas fiquem nas mãos dos partidos que, em seus programas, expressem os interesses históricos da classe operária”. (idem, pg. 151).

Será mesmo que isso é possível, disciplinar a burguesia numa organização comum? Será também possível estabelecer um programa de independência de classe em comum com a burguesia. Disciplinar a burguesia é uma quimera e qualquer programa comum, necessariamente, é um

programa burguês. A hegemonia através do bloco dos partidos operários, também, não se sustenta. Os programas dos partidos estalinistas e também a sua prática, não “expressam os interesses históricos da classe operária”. Portanto, a hegemonia operária na FRA é uma farsa para justificar a conciliação.

Por último, a FRA aparece como organismo de poder: “É fácil concluir que estrategicamente a Assembléia se projeta da FRA, que não é certamente uma frente ocasional, senão uma frente para a tomada do poder e construir o socialismo”. (idem, pg.153). Esse programa explícito de conciliação de classes se demonstra por si mesmo. Nem o menchevismo chegou a tanto.

Balanco do POM sobre a Pré-Conferência e algumas considerações à resposta da FTI-CI.

Para nós do POM, a Pré-Conferência bem como todo o debate anterior e as deliberações foram uma conquista.

As polêmicas havidas demonstram o grau teórico e a inter-relação com a luta de classes por que passam os agrupamentos revolucionários no mundo.

Por um lado, mostrou nossa fraqueza e por outro, a busca incansável da ferramenta imprescindível para os que reivindicam do marxismo, ou seja, a construção do Partido Revolucionário Internacionalista. Para nós a tarefa que se torna inconcebível sem passar pelas estradas, experiências e o legado teórico deixado pela Fração de esquerda após a traição da Revolução Russa chamada e perseguida a morte pelo Stalinismo como sendo (TROTSKISMO OU IV INTERNACIONALISTAS).

Os objetivos e a busca de uma Conferência Internacional dos Trotskistas Principistas e Organizações Operárias Revolucionárias, inicialmente prevista para dezembro de 2004, continua intacta. Somente a data de sua realização está incerta e a certeza desta será dada pela coesão teórica e programática de frações claras para que possamos sob o regime do centralismo democrático — síntese da Democracia Operária na construção partidária marxista, caminhar e fazer frente à situação de decadência do capitalismo, sua exploração, luta comercial para conquistar novos e ampliação de mercados e matérias-primas, recorrendo

às guerras imperialistas e sua barbárie (fase em que nos encontramos). Resolver a tarefa histórica da crise de direção do proletariado internacional é condição primeira para prosseguir na luta pelo Socialismo e pelo fim da exploração do homem pelo homem.

No Brasil, como em qualquer país do planeta, a construção do partido marxista não se dará fora da construção do Partido Mundial da Revolução Socialista. Caberá aos agrupamentos brasileiros que participaram da Pré-Conferência dedicarem o maior tempo possível e 99% de suas energias na tarefa de discussão programática, da unificação dos lutadores, da luta Internacional do proletariado e que começa por enfrentarmos aqui no Brasil as medidas e reformas imperialistas que aplicam e tentam aplicar ao governo de frente popular de Lula/PT. A compreensão de que se trata de um governo de frente popular é de extrema importância, visto que, a história nos mostra que este tipo de governo não deixa a sena política na forma da democracia burguesa, mas sim pelo rompimento desta, com o militarismo e o fascismo. A política de Frente Popular que nos ensina Trotsky é a negação das teses contidas no Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, de que a história das sociedades, excetuando o período do comunismo primitivo é senão, a história da luta de classes. Assim, juntaram os stalinistas e os sociais democratas em uma santa aliança em nome da conciliação de classes. Conciliação esta impossível e já demonstrada na história em verdadeiro mar de sangue que não se escapa, inclusive os signatários de tal capitulação contra-revolucionária. Se estamos diante destas possibilidades, nosso esforço para compreender os possíveis desdobramentos deste governo, bem como armar o proletariado brasileiro com organizações próprias, com uma política justa para enfrentarmos tal situação, se torna tarefa de suma importância e que esperamos contar com a valiosa discussão internacional.

Algumas Considerações sobre as polémicas havidas na Pré-Conferência e nos documentos que a antecedeu, principalmente ao documento da FTI-CI, datada de 07 de julho de 2004.

O princípio. A polémica da caracterização da situação mundial como sendo de situação pré-revolucionária da sociedade. Esta polémica nos remete infelizmente a 1938, na síntese apresentada por Trotsky e aprovado no Congresso de Fundação da IV Internacional, ou seja, o Programa de Transição.

Qual o conteúdo que fundamenta o Progra-

ma de Transição, com o programa das reivindicações transitórias?

- **A situação política mundial no seu conjunto caracteriza, antes de mais nada, pela crise histórica de direção do proletariado.**
- **A premissa econômica da revolução proletária já alcançou há muito o ponto mais elevado que possa ser atingido sob o capitalismo. As forças produtivas da humanidade deixaram de crescer. As novas invenções e os novos progressos técnicos não conduzem mais a um crescimento da riqueza material. As crises conjunturais, nas condições da crise social de todo o sistema capitalista, sobrecarregam as massas de privações e sofrimentos cada vez maiores. O crescimento do desemprego aprofunda, por sua vez, a crise financeira do Estado e mina os sistemas monetários estremecidos: os governos, tanto democráticos quanto fascistas, vão de uma bancarrota a outra.**
- **A própria burguesia não encontra saída...**
- **Os falatórios de toda espécie, segundo os quais as condições históricas não estariam “maduras” para o socialismo, são apenas produto da ignorância ou de um engano consciente. As premissas objetivas da revolução proletária não estão somente maduras: elas começam a apodrecer. Sem vitória da revolução socialista no próximo período histórico, toda a civilização humana está ameaçada de ser conduzida para uma catástrofe. Tudo depende do proletariado, ou seja, antes de mais nada, de sua vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade reduz-se à crise de direção revolucionária.**

O proletariado e suas direções

A economia, o Estado, a política da burguesia e suas direções internacionais estão profundamente afetadas pela crise social que caracteriza a situação pré-revolucionária da sociedade. O principal obstáculo na transformação da situação pré-revolucionária em revolucionária é o caráter oportunista da direção do proletariado, sua covardia pequeno-burguesa diante da grande burguesia, os laços traidores que mantém com esta, mesmo em sua agonia. Em todos os países, o proletariado está envolvido por uma angústia profunda. Massas de mi-

lhões de homens lançam-se sem cessar no caminho da revolução. Mas, a cada vez, chocam-se com seus próprios aparelhos burocráticos conservadores. . . .

A orientação das massas está determinada, de um lado, pelas condições objetivas do capitalismo que se deteriora; de outro, pela política traidora das velhas organizações operárias. Destes dois fatores, o fator decisivo é, sem dúvida, o primeiro: as leis da História são mais poderosas que os aparelhos burocráticos. . . .

Programa mínimo e programa de transição

A tarefa estratégica do próximo período—período pré-revolucionário de agitação, propaganda e organização — consiste em superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a imaturidade do proletariado e de sua vanguarda (confusão e desencorajamento da velha geração, falta de experiência da nova). É necessário ajudar as massas, no processo de suas lutas cotidianas a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir em um sistema de **REIVINDICAÇÕES TRANSITÓRIAS** que parta das atuais condições e consciências de largas camadas da classe operária e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado.

Pela nossa ausência em cumprir esta tarefa estratégica, a social democracia, o stalinismo e agora os revisionistas do marxismo que se dizem trotskistas, continuam com seu programa mínimo e a santa aliança com a burguesia decadente, porém, incrustados nas direções das organizações operárias, camponesas e populares. E ainda, como não poderia ser diferente, fazem isto em nome dos “trabalhadores” no interior dos governos burgueses, pró-imperialistas e, no caso do Brasil, no Governo de Frente Popular de Lula/PT.

Querer saltar por este período de construção partidária IV Internacionalista no seio das Organizações das massas é não compreender o significado do programa de transição, bem como, tarefas da revolução proletária.

Como a FTI-CI passa por cima desta tarefa histórica transcrita no programa de transição.

A FTI-CI confunde duas caracterizações de Trotsky, ou seja:

Quando em discussão com o SWP, que não concordava com a caracterização de situação pré-revolucionária que compunha o projeto de programa de transição, bem como com as consignas que se desprendia. Trotsky fazia ver que a situação pré-revolucionária não se depreendia da construção partidária marxista e muito menos do estágio de consciência das massas (fator subjetivo), mas sim do fator econômico, não conjuntural. De que a situação pré-revolucionária é dada pela crise estrutural do sistema capitalista, entrave determinado pela decadência do regime de propriedade privada dos meios de produção, que a situação pré-revolucionária era dada pela situação mundial do sistema capitalista e sua agonia, que as condições para a revolução socialista estavam não só maduras, mas já apodrecendo, que o fator objetivo da revolução estava dado.

Caracterizou Trotsky, para efeito de esclarecimentos, que poderíamos classificar esta época de situação pré-revolucionária de época de **guerras, revoluções e do fascismo.**

A FTI-CI agarra-se nesta explicação e repete em vários pontos da discussão política distorcendo um pouco até mesmo a explicação de Trotsky para **época imperialista de guerras, crises e revoluções.** Parece que não faz diferença esta mudança de abandonar a caracterização do programa de transição de situação pré-revolucionária e de inverter e deixar fora a época do fascismo. A diferença se faz ao mesmo tempo em que tenta transformar a noite pelo dia ou o vinho pela água. Vejamos:

- O programa de reivindicações transitórias para que delas possamos fazê-las ponte entre reivindicações atuais das massas e programa da revolução socialista, elevar as consciências das massas e a conseqüente resolução da crise de direção do proletariado no sentido de dar seqüência e transformação da situação pré-revolucionária em situação revolucionária é substituída por revoluções congeladas, fase indefinida ou, como agora cambia a FTI-CI, para situação transitória.
- Ou, como no documento ao POM - É que, camaradas, a caracterização é uma ferramenta e por isso sempre relativa. Se, por exemplo se caracteriza uma situação em

(Continua na página 18)

relação a possibilidade do triunfo da revolução é claro que deste ponto de vista não há situação pré-revolucionária ou revolucionária, desde o momento que não há partido revolucionário. Cremos Camaradas que vocês confundem as que são as condições indispensáveis para o triunfo de uma revolução — questão para que é chave a existência do partido revolucionário, com o que é uma situação objetivamente revolucionária ou uma revolução que se inicia.

Este mesmo raciocínio se repete — Isto era assim porque por termos os Partidos Comunistas da III Internacional partidos com influência de massas se podia medir através de seu crescimento ou não os cambios da situação, posto que quando abria se uma situação pré-revolucionária ou revolucionária e havia radicalização das massas, isto se expressava nevitavelmente em um fortalecimento dos partidos comunistas. Pelo contrário, quando a situação retrocedia, tendia a fortalecer o reformismo, quer dizer a Social Democracia.

O grande problema da FTI-CI é que transforma as possibilidades e excepcionalidade em regras de programa marxista.

Toma o exemplo da Revolução Chinesa, Cubana e Yugoslávia, ignora inclusive o papel que jogou os aparatos stalinistas ainda na direção dos Estados operários degenerados.

Quando Trotsky fez a caracterização no Programa de Transição de situação pré-revolucionária, o fez considerando o processo revolucionário do ponto de vista da revolução proletária e não na forma em que Lenin caracterizou acertadamente e que vocês se apóiam — que os de cima não podem seguir dominando como antes, entra em cena uma monstruosa crise política, inclusive entre a classe dominante que abre uma brecha por onde inrompe o descontentamento e necessidade das classes oprimidas, quer dizer, os de baixo não querem viver como antes. Aqui se expressa uma situação revolucionária em si mesma. Esta situação permanece na referência de Trotsky. **O principal obstáculo na transformação da situação pré-revolucionária em situação revolucionária é o caráter oportunista da direção do proletariado, sua covardia pequeno-burguesa diante da burguesia, os laços traidores que mantém com esta, mesmo em sua agonia.**

Como não vê a necessidade do programa das reivindicações transitórias e a ponte para o programa da revolução socialista como forma de

ajudar as massas a se livrarem das direções traidoras ficam, via de regra, na excepcionalidade.

Esta tendência leva a uma política estranha, ou seja: ao desespero pequeno-burguês e daí... para brigadas armadas para Iraque.

Camaradas!

—Já é passada a hora dos agrupamentos e militantes quarta internacionalistas principistas deixarem de viver da excepcionalidade, de esperar os curralitos e corralon para demonstrar bravura e heroísmo, amaldiçoando aos burocratas e reformistas de todas as matizes, querendo que os renegados e conciliadores históricos rompam com a santa aliança com a burguesia em seu momento de maior crise e se coloquem juntos às massas e as dirijam para a tomada do poder;

—Já é passada a hora dos agrupamentos e militantes quarta internacionalistas principistas se reunirem ao redor de um programa marxista, que por sua natureza, só poderá ser direcionado pelos trotskistas principistas, um programa que dê validade atual ao Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, dos 4 primeiros Congressos da 3.^a Internacional Comunista, do programa de Transição da IV Internacional. Prestarmos contas, ajustarmos nossas baionetas, traçarmos um programa justo e científico calcado no caldeirão da luta de classes e suas monstruosas contradições, se apoiar na torrente revolucionária da classe operária internacional, na discussão coletiva internacional administrada pela democracia operária e sua síntese na construção partidária o centralismo democrático. Um plano de programa internacionalista e marxista, visando todo intercâmbio possível com todas as informações das medidas e políticas de cada governo, de forma que todos os revolucionários tenham pleno conhecimento de todos os detalhes políticos e econômicos de todas as particularidades de cada país, para assim, irmos ajustando nosso programa no sentido de expulsarmos todos os burocratas, traidores, reformistas, sociais democratas, stalinistas das direções dos sindicatos operários e de trabalhadores oprimidos, livrar todas as organizações camponesas, movimentos populares destes esteios da burguesia decadente, estranhos aos interesses proletários mais incrustados nas direções das organizações de classe destes.

Um programa justo, que permita com todo esforço necessário do mundo, sem se desesperar, libertarmos as organizações operárias das forças estranhas e que sustentam a burguesia decadente e sua barbárie. De forma que, acirraremos a luta de

classes, construindo os mecanismos da dualidade de poder, proletários versus burgueses, para assim darmos vazão a que a situação pré-revolucionária se transforme em situação revolucionária, com a dualidade de poder não mais instintivo, mas regido pela expressão científica desta, ou seja, a ditadura do proletariado.

Um programa justo, que permita travarmos uma luta internacionalista, antiimperialista com relação aos conflitos em Iraque, Palestina e no mundo religioso dos muçumanos, de unificação dos oprimidos do mundo, ao redor de um programa revolucionário nos moldes das Teses do Oriente do 4.º Congresso da 3.ª Internacional, que por sua natureza, consista em desmascarar a burguesia nacionalista e religiosa, separá-las das massas pelo desmascaramento e incoseqüência. Um chamado a todos os oprimidos do mundo, contra e pelo fim da barbárie capitalista e todas as formas que adquire esta, pelo socialismo. Defendamos os heróicos povos muçumanos, iraquianos, árabes, palestinos, chechênios. A estes bravos combatentes que entregam suas vidas na luta antiimperialista dizemos que a única forma de derrotarmos estes sanguinários imperialistas, tanto da América quanto da Europa, é o movimento de massa internacional e a conseqüente expropriação da burguesia do poder, a socialização dos meios de produção e a instauração da ditadura do proletariado.

Proletários e oprimidos do mundo, uni-vos sob a bandeira da IV Internacional!

Pronunciamento acerca da política para com o parlamento europeu e os partidos sociais-imperialistas

Perante as eleições recentes ao parlamento europeu, tanto o camarada Dave do CWG da Nova Zelândia, como os camaradas da FTI-CI, apresentaram caminhos propostos de declaração, em luta política contra a posição escandalosa do GB da França e do GG do Estado espanhol de adaptação aos partidos sociais-imperialistas. O GB e o GG chamaram aos trabalhadores a tomar parte das eleições do parlamento europeu, que é um covil de bandidos imperialistas, como a ONU ou como foi a velha Sociedade das Nações no início do século XX. E eles chamaram a votar aos partidos sociais-imperialistas (sociais-democratas e stalinistas reciclados), ou seja, os partidos da aristocracia e à burocracia operária que comem das migalhas da

exploração e massacres efetuados pelo imperialismo no mundo semi-colonial e naqueles estados nos quais o capitalismo foi restaurado. Chamaram a votar a estes partidos sociais-imperialistas, que estão hoje no governo, como Balir, Zapatero e Schroeder, massacradores e opressores do povo basco, irlandês, do povo de Kosovo, do povo curdo e do povo chechênio. O GB e o GG chamaram a votar a estes partidos que estão hoje nos governos, dirigindo os mais ferozes ataques contra o proletariado e o massacre imperialista no Iraque e no Afeganistão, ou, como na França e na Itália, por fora do governo, estrangulando e traindo todas as lutas dos trabalhadores, e em primeiro lugar, a sua luta antiimperialista em defesa do povo iraquiano.

As eleições ao parlamento europeu já têm sido efetuadas, e a vida própria deu o seu veredicto sobre esta luta política estabelecida. Centralmente, o programa do camarada Dave do CWG e da FTI-CI, que punham o boicote a estas eleições (como é expresso nos textos escritos já apresentados), passou à prova dos fatos. Não assim o GB e do GG.

A abstenção altíssima de 60% nas eleições mostrou com clareza que havia condições para o boicote a estes últimos. Com mil vezes mais perspicácias que o GB e o GG, milhões de trabalhadores e explorados não seguiram o caminho que lhes marcavam todas as direções traidoras agrupadas no Fórum Social Europeu, e também a declaração escandalosa do GB e do GG, de votar pelos partidos sociais-imperialistas (sociais-democratas e stalinistas reciclados). Da mesma maneira, demonstraram mais perspicácia que o GB e o GG, rejeitando, com a sua abstenção massiva, a esta caverna de bandidos que é o parlamento europeu.

Foi isto o que fez fracassar a tentativa de impor na Europa uma "maré rosa" social-imperialista de modo que as massas exploradas sejam subordinadas às suas burguesias imperialistas.

Por conseguinte, nós signatários desta declaração nos solidarizamos com a luta política principista dada pelo camarada Dave do CWG da Nova Zelândia e pelos camaradas da FTI-CI contra a política do GB e GG de adaptação completa aos partidos sociais-imperialistas, ou seja, aos massacradores dos povos oprimidos dentro mesmo das fronteiras da Europa, e dos trabalhadores e o po-

vo de Iraque e de Afeganistão, e pronunciamos-nos claramente pela defesa incondicional do direito à autodeterminação nacional dos povos basco, irlandês, checheno, curdo, etc., e pela derrota militar das tropas imperialistas no Iraque, no Afeganistão, no Kosovo, no Haiti, etc.

Não tem via pacífica aos EEUU Socialistas da Europa, é dizer, sem o que não se pode conquistar sem armamento do proletariado, sem desmontar e destruir todas as bases da OTAN, sem desarmar a burguesia e sem a derrota militar das tropas invasoras no mundo inteiro.

Nós abaixo assinados chamamos aos camaradas do GB e o GG a quebrar com esta política de adaptação total aos partidos sociais-imperialistas, e a voltar ao quadro programático dos 21 pontos, e a estratégia e ao programa do trotskismo internacionalista, e a se somar ao Comitê de Ligação constituído na Pré-Conferência efetuada no Brasil, nos dias 10 e 11 de Julho de 2004.

FTI-CI
POM

Pronunciamento a propósito da Frente Única Antiimperialista

Nós dos grupos e tendências abaixo assinados, integrantes do Comitê de Ligação constituído na pré-conferência realizada em Brasil, a 10 e 11 de julho de 2004, afirmamos que a tática da Frente Única Antiimperialista, tal como foi proposta pela III Internacional no seu IV Congresso, jamais significou subordinação, nem adaptação, nem menos ainda apoio à burguesia.

Portanto, o eixo da discussão teórica aberta em torno dessa tática, fica estabelecido arredor de si esta continua ainda ou não tendo vigência nossos dias. Dito isto, afirmamos que a fundamentação dada pelo camarada Gamboa do POR argentino quanto à sua participação no 1.º de maio passado, de um ato junto ao partido burguês ARI e o stalinismo, na cidade de São Nicolas, em Argentina, nada tem a ver com a tática da FUA tal como fosse proposta pela III Internacional, senão que é uma adaptação à burguesia e à multisetorial policlasista. E alertamos que, se persistir nesse erro, a adaptação pode transformar-se em capitulação.

FTI-CI
POM

Proposta para organizar um debate internacionalista sobre o programa de ação revolucionário para Brasil

a) O primeiro balanço da Pré-Conferência realizada em Brasil a 10 e 11 de Julho de 2004, depois de duas jornadas extraordinárias de discussão e verdadeira democracia operária, permite-nos afirmar que estamos ante a possibilidade de dar um grande passo adiante no caminho de constituir um núcleo operário revolucionário internacionalista em Brasil.

b) Isto é assim porque o conjunto dos grupos e correntes que participaram da Pré-Conferência — e inclusive os camaradas do CRI e do CWG que, pese a sua vontade, não puderam participar fisicamente da mesma — estamos persuadidos de que o reagrupamento dos revolucionários internacionalistas, que discutimos sem diplomacia nossos acordos e diferenças, pode conquistar um programa de ação revolucionário internacionalista, e essa é a base para construir um núcleo operário revolucionário internacionalista em Brasil.

c) O trotskismo, como continuidade do marxismo revolucionário, não é nacional: é internacionalista, ou caso contrário, não é mais do que uma caricatura do trotskismo. É por essa razão que, muitos dos que estão neste Comitê de Ligação, são combatentes pelo programa do trotskismo e pela IV Internacional.

Portanto, para avançar com passos firmes, propomos que, tal como o propõe a Ata da Pré-Conferência de 10 e 11 de julho, abramos de imediato um debate internacionalista em torno do programa de ação revolucionário.

Debate em que se expressem por escrito todas as posições nas páginas do primeiro número do Boletim internacional comum de debate público do Comitê de Ligação, para permitir-nos avançar em conquistar uma nova e superior homogeneidade programática. Para este debate, a FTI-CI colocará à discussão e à crítica de todos os camaradas, sua declaração sobre Brasil publicada no BI-OI N° 6, de novembro de 2003, que se compromete a traduzir ao português, junto com todos os artigos já escritos ou as novas elaborações que coloquem ao debate todos os grupos e correntes integrantes do Comitê de Ligação.

FTI-CI
POM

Trincheira Marxista subscreve o texto anterior com as seguintes ressalvas e adendos;

- 1 – Consideramos um sério erro político a participação nas eleições ao parlamento europeu. No entanto, não estamos em condições de avaliar o caráter geral da política do GB e do GG. Por isso, não endossamos a frase: “... contra a política do GB e do GG de adaptação completa aos partidos social-imperialistas”.
- 2 - A discussão em torno da FUA girou não apenas sobre se essa tática mantém ainda vigência nos dias de hoje, mas, Trincheira Marxista afirma também que essa tática tem sido usada como pretexto para a colaboração de classes. Consideramos, a propósito, incorreto o POR Argentino ter endossado declaração programática comum com partido burguês quando do ato pelo primeiro de maio, nos termos da carta dirigida à LOI de 21.05.04: “Nós reivindicamos totalmente nossa intervenção em San Nicolás, no primeiro de maio, e os tres volantes, que de fato, distribuímos; o da multi-setorial, o do bloco classista assinado como setores sindicais, e o nosso, como partido”;
- 3 – Julgamos muito positivas as jornadas de Diadema, no sentido da delimitação programática entre os participantes. No entanto, manifestaram-se graves diferenças de princípio e de método nas seguintes questões: Frente Única Anti-imperialista; política militar; participação ou não nos sindicatos. Ao mesmo tempo, o debate não contemplou questões fundamentais, entre elas, concepção de partido e o método da sua construção. Por isso, mesmo que o conjunto dos grupos e correntes participantes possam vir a conquistar um programa revolucionário, essa conquista, dada a magnitude das divergências, é uma perspectiva muito otimista. Mais realista seria dizer que alguns setores encontram-se mais próximos disso;
- 4 - Consideramos como revolução o assalto ao poder pelo proletariado. Infelizmente, esse não foi o caso nem da Argentina de 2001, nem da Bolívia de 2003;
- 5 - Não considermos o Forum Social Mundial como uma central contra-revolucionária, mas como um congresso de proselitismo da burguesia mundial;
- 6 – Consideramos a auto-defesa, não como o armamento da vanguarda ou do partido, mas das massas, através dos seus organismos;
- 7 – Os revolucionários devem lutar pela unificação do movimento operário e camponês boliviano,

nos, desmascarando as direções contra-revolucionárias que o impedem. É necessário lutar pela unificação da COB com as centrais camponesas num organismo central, sob a base da eleição ampla de delegados de base, ou seja, a constituição de soviets. Isso se contrapõe radicalmente à defesa de qualquer “Assembléia Popular” policla-sista. Na atual situação pré-revolucionária, esses soviets teriam tarefas transitórias: a auto-defesa, a luta contra o roubo do gás boliviano, etc. Mas, como órgãos do duplo poder, deveriam começar imediatamente a preparação da tomada do poder.

Trincheira Marxista

VOTO NULO PROGRAMÁTICO

Debata-se em torno de como atuar os revolucionários diante do parlamento.

Deparamo-nos com 4 posições no movimento operário: Voto nos candidatos que prometem resolver isso e aquilo na maioria das vezes se dizem no campo da esquerda e até do Socialismo; Voto nulo por princípio, de negação de toda participação nos parlamentos burgueses, misturam uma posição anarquista com o sectarismo pequeno burguês ou a doença infantil de esquerda e negam inclusive com alegações de burocratizados a participação nos Sindicatos.

As correntes desse caráter, historicamente, caminham e intentam socialismo, mas pela falta de clareza, pela indubitável rebeldia descompromissada, degeneram-se, cooptam-se ou, simplesmente, “arrebentam-se” na estrada da luta de classes”.

A história do Movimento Socialista Internacional nos ensina que devemos participar de todas as Organizações, mesmo de caráter burguês ou totalmente burocratizadas desde que o operariado tenham ilusões nestas, analisando e se inspirando nas particularidades específicas da situação e ainda o caráter secundário desta questão. No caso da participação no parlamento se trata de agir por dentro destas estruturas para ajudar as massas a perder as ilusões nestas superestruturas burguesas, fazer da atuação centralizada pelo partido comunista uma trincheira de denuncia e agitação política. Direcionar as energias do proletariado para luta direta. Temos na história de atuações exemplares de revolucionários que fizeram da tribuna parlamentar uma trincheira de denúncias do próprio parlamento bem como de todo caráter reacionário da burguesia como foi o caso de Karl Liebknecht no parlamento Alemão que acabou sendo

assassinado junto com Rosa Luxemburgo pela polícia política.

Aqueles que apenas visam combater a ordem atual, que repudiam incondicionalmente as vias parlamentares (muitas vezes por experiências próprias), mas que, todavia, não reconhecem o legado marxista e revolucionário da Internacional Comunista e das contribuições que se forjaram com o sangue e as vidas dos revolucionários no curso da história nada têm a propor.

O voto nulo programático nada mais é do que uma possibilidade de agir no momento específico e de divulgar as idéias do programa da revolução socialista. Que no momento se faz imprescindível, para demarcar posição política, para denuncia do eleitoralismo presente no seio do movimento operário que os iguala aos partidos burgueses, para propagandear que só a luta direta pode resolver as questões e as necessidades dos oprimidos, propagandear a necessidade da construção dos soviets, da organização independente das massas, da necessidade da construção do Partido Revolucionário Internacionalista rumo ao socialismo.

Constituamos nossos comitês, comissões de fábricas, assembléias, conselhos populares e não permitamos mais o domínio da democracia burguesa representativa (ditadura do capital).

Lutamos para por fim ao sistema capitalista

Desemprego

O Movimento contra o desemprego vem se reunindo em grupos pequenos já faz uns 3 anos.

Um setor do movimento adota a linha da assistencial e das atividades de solidariedade e aperfeiçoamento profissional. Outros setores já direcional a luta contra os governos e ao capitalismo.

Várias manifestações já foram realizadas.

Com o governo Lula, parte do movimento que é petista ficou sem alternativa, a saída encontrada foi da Direção do Partido, ou seja: Dotar o governo de uma política desenvolvimentista, de geração de renda, empregos etc. Toda uma articulação oficial através da Coordenação dos movimentos sociais visando o controle do movimento e de se assegurar e influenciar o governo.

Neste sentido se deu o acampamento na Paulista dias 15 e 16 de julho bem como, o Ato dia 16 em que se integraram CUT e várias outras organizações oficiais.

O acampamento contou com a valiosa participação do MST e de agrupamentos independentes minoritários.

Duas faixas refletiam e procurava pela independência do movimento.

- Lula cadê os 10 milhões de emprego ?
- Não estamos aqui para fazer demagogia e nem campanha eleitoral queremos emprego antes do Natal

Já o MST ligou o problema do desemprego com o problema dos sem-terra no campo. Fenômeno que engrossa as filas dos desempregados nas grandes cidades.

Duas lutas. Atrelar o movimento e servir de base e de complemento propagandista da política do governo ou a organização independente dos desempregados e organizações independentes dos oprimidos.

O desemprego infelizmente continua aumentando apesar da campanha oficial dizer ao contrario.

Para o Movimento seguir avante é preciso incorporar os próprios desempregados nos bairros operários e em aliança com os empregados, os Sindicatos e Organizações fabris. Temos que unir os empregados e desempregados na luta por:

- Emprego para todos;
- Redução da Jornada de trabalho, ou seja, repartir o trabalho com empregos para todos, sem reduzir o salário.
- Fim do banco de Horas;
- Salário mínimo capaz de satisfazer todas as necessidades da família, pois nos países imperialistas é de 1200 dólares;
- Terra e condições de trabalho aos camponeses ;
- Passe gratuito aos desempregados, sem burocracia e enrolação;
- Isenção das contas de água, luz e carnê de IPTU;
- Fim das enrolações nas agências de emprego;
- Salário desemprego até arrumar outro emprego;
- Não à opressão das mulheres. Direitos iguais no salário e nas oportunidades;
- Por um plano de Obras Públicas. Exemplo: Construção de Moradia Popular para trabalhadores de baixa renda com mão de obra registrada diretamente do Estado;
- Contra as reformas Sindical, Trabalhista e Universitária de Lula/PT.
- Construir Comitê de desempregados em todas as cidades, bairros, Sindicatos e Associações.

A APEOESP e o fim de nossa campanha Salarial.

A diretoria da APEOESP decreta o fim da mobilização.

Conseqüências da crise do sistema capitalista

A crise de superprodução do sistema capitalista se aprofunda e o grau de miséria também. O índice de desempregados tem aumentado a cada dia. Só em São Paulo e grande São Paulo são mais de dois milhões. Junto com o desemprego vem a fome e com ela, a violência. É a barbárie se aprofundando e os trabalhadores a mercê dela. As formas que os capitalistas imperialistas encontraram para se livrar momentaneamente da crise são as seguintes: retirada dos direitos trabalhistas através das reformas econômicas, da constituição dos blocos econômicos para desovar suas mercadorias e as guerras, como forma de domínio de riquezas e populações dos países pobres/oprimidos.

Os organismos dos trabalhadores, seus líderes e as reformas

Os trabalhadores estão organizados em organismos como sindicatos, associações, comitês e etc., mas sem uma direção capaz de implementar suas lutas, ou melhor, suas lideranças estão cada vez mais distantes dos trabalhadores e por sua vez mais próximas dos governos e patrões. Esse atrelamento hoje é ainda maior, tendo em vista que o governo é do PT.

O fato é que há anos os trabalhadores vêm sofrendo perdas e mais perdas, desde o rebaixamento de salários, não reajuste e até mesmo retirada de direitos conquistados ao longo de anos. Nesse caso, podemos citar a aposentadoria que com a reforma previdenciária fica limitada a poucos, tendo em vista que o **governo Lula-PT** aumentou em **sete anos** a idade limite para um trabalhador se aposentar. Com a reforma trabalhista a situação ainda é pior, pois direitos como **férias, 13º, licença gestante/maternidade, multa de 40% sobre o FGTS** e etc. serão totalmente flexibilizados (senão totalmente retirados), ou seja, patrões, governos e líderes corrompidos das centrais sindicais da CUT, Força Sindical, CGT e etc, negociarão os como fossem bananas na feira.

É por isso que o **governo Lula-PT (a mando do Banco Mundial e FMI)** promete aprovar ainda este ano a reforma sindical e, de acordo com a formulação, quem vai decidir sobre os nos-

os direitos trabalhistas e até mesmo para o trabalhador se organizar em sindicatos e etc. será uma cúpula burocrática entreguista junto com os governistas, patronato. A CLT poderá continuar existindo, mas o que prevalecerá serão sempre os acordos de cúpula em favor dos patrões.

O funcionalismo público, assim como os trabalhadores da iniciativa privada sofrerão sérios impactos em suas vidas diárias, pois suas condições de vidas vão piorar drasticamente. Como a reforma é uma emenda constitucional e a constituição é para todos, todos os trabalhadores sofrerão as conseqüências.

Vamos fortalecer nossos sindicatos e participar diretamente destes, como também criar comitês e participar dos que já existem, para que juntos possamos nos organizar e implementar as lutas pelas nossas reivindicações para por fim à exploração capitalista.

Contra as reformas sindical, trabalhista e universitária.

Só a preparação e decretação pelas forças de esquerda de uma greve geral, mesmo que minoritária.

Todos na rua em uma greve Geral como piquetes.

Conclamamos a que todas as correntes políticas que se dizem de esquerda se pronunciem sobre estas reformas imperialistas. Irão trabalhar para pararmos a produção, mesmo que com piquetes, ou vão organizar alguns movimentos de faz de conta.

Conseqüências para a educação pública

A escola e a educação pública vem sofrendo graves conseqüências por causa dessa política reformista do governo federal (**Lula-PT**) – social reformista que se transformou em social imperialista. Do governo estadual (**Alckmin/Chalita**) e municipal (**Marta Suplicy e Filippi**), com objetivos claros, os de atender aos interesses da burguesia nacional e mundial, sobretudo a burguesia imperialista. O abandono é total, pois falta de tudo, desde funcionários, manutenção geral, material didático-pedagógico e até mesmo formação para professores. A prova do descaso para com a educação pública desses governos está na superlotação de classes, na falta de investimentos, no desvio do dinheiro da educação pública, na falta de mais escolas e enfim, na falta de condições de trabalho e aprendizagem.

No caso do Estado de São Paulo, o governo Alckmin/Chalita vem desenvolvendo uma polí-

tica de total sucateamento das escolas da rede estadual, se não vejamos: fechamento de classes, de períodos e de escolas. Com relação ao fechamento de escolas só neste ano em Diadema foram fechadas duas: EE Santa Rita II e EE Dr. Mário Santalúcia. Isto provocou a superlotação de escolas como Jorge Ferreira, Adonias Filho e Reverendo Atael, sem contar com os transtornos causados nas respectivas comunidades. No caso de Diadema, o prefeito José de Filippi-PT, ao invés de implementar uma política de atendimento às crianças de 0 a 6 anos, seguida de construção de mais creches e EMEIs, vem priorizando o ensino de 1ª a 4ª série, que é de responsabilidade do Estado.

A luta pela nova escola Dr. Mário Santalúcia continua. A próxima reunião será dia 02 de agosto de 2004, às 16h, na Secretaria Municipal de Educação de Diadema. Compareçam! Esta luta é nossa!

A categoria e a diretoria da APEOESP

A categoria do professorado, depois de 4 longos anos sem mobilização e sem atendimento pelo governo **Alckmin/Chalita** de suas principais reivindicações, começa em 26 de março de 2004 a mobilização pela campanha salarial e em defesa da escola e da educação pública e também pela melhoria das condições de trabalho. Mesmo sabendo que estaria contrariando a direção do nosso sindicato, cuja maioria é do PT e do PC do B, ambas trabalhando para dar sustentação ao governo Lula-PT e sua política de reformas imperialistas com conseqüentes saques dos direitos dos trabalhadores.

A militância de base (os conselheiros regionais) começou a fazer um importante trabalho para convencer os professores da necessidade de nos mobilizarmos para conseguir nossas reivindicações. Isso durou pouco (até 16 de abril), quando era para a categoria iniciar a greve por tempo indeterminado, greve essa decretada em 26 de março. Aos poucos, os professores foram desacreditando nos militantes porque a **diretoria da APEOESP** não implementara a luta contra a política do governo **Alckmin/Chalita**, e isto sem contar com os calendários extensos objetivando a desmobilização da categoria e conseqüentemente a desmoralização da militância de base.

Pois bem, com essa política da atual diretoria da APEOESP, a categoria só acumulará derrotas, visto que a mesma está completamente comprometida com o **governo do PSDB** no Estado, com o governo federal (**Lula/PT**) e patrões. Só em 2003 a categoria perdeu 5% dos seus salá-

rios, perda essa em função da reforma da previdência, sem falar nos índices inflacionários. Essa diretoria pelega e entreguista nada fez, a não ser promover caravanas à Brasília e algumas idas à Assembléia Legislativa do Estado, o que culminou mais uma vez em derrota, pois os deputados corruptos, na sua maioria, votaram pela retirada de 5% dos nossos salários. Agora, com a reforma sindical nem isso ela está promovendo, pois centenas de companheiros e companheiras estão se mobilizando para lutar contra essa reforma, com financiamento de sub-sedes de oposição, como Diadema e outras tantas.

A nossa luta não pode ficar resumida somente por salário e melhores condições de trabalho. Ela deve se guiar, principalmente, contra a reforma sindical e trabalhista do governo Lula-PT, o que significa uma afronta aos interesses dos trabalhadores.

Construir uma nova oposição à atual diretoria

Diante da política de sucateamento da educação pública promovida pelo governo do Estado e do peleguismo dessa diretoria que já não mais representa os trabalhadores em educação, pois não implementa as lutas e as campanhas reivindicatórias da categoria, temos que construir uma oposição de verdade, com princípios e programa revolucionários. Neste sentido, estamos convidando todo o professorado para fazer fileira para esta nova oposição, que além de em seu programa constar que é só através da luta direta contra os exploradores que conseguiremos nossas reivindicações, também trabalharemos pelo fim do capitalismo, pois é ele que tem provocado miséria e violência em todo o mundo.

Nós, da Oposição Reconstruir, juntamente com os companheiros do Coletivo Comunista e independentes, estamos elaborando a tese para o congresso da APEOESP que se realizará ainda este ano. No dia 29 de setembro de 2004 se realizará a Conferência Regional, em que estaremos fazendo uma previa defesa desta tese. Adquirir sua tese com os integrantes da Reconstruir.

Entre em contato com os membros da Reconstruir e participe das nossas reuniões. As reuniões acontecem todos os primeiros sábados de cada mês, sempre às 13:00h, na sub-sede da Apeoesp. Nossa próxima reunião será dia 07 de agosto de 2004, às 13:00h, na sub-sede da apeoesp de Diadema.

**Mande e-mail para :
oposicao-reconstruir@uol.com.br**

